



PARLAMENTO  
NACIONAL

República Democrática de Timor-Leste

Secretariado-Geral

Direção de Comunicação

Divisão de Relações Públicas, Comunicação e Educação Cívica

## Parlamento Nacional aprova prolongamento do Estado de Emergência



O Parlamento Nacional, no dia 27 de abril de 2020 e em sessão plenária ordinária, analisou, discutiu e votou o pedido de renovação do Estado de Emergência do país, pedido esse apresentado pelo Presidente da República antes do fim do primeiro Estado de Emergência.

O Primeiro-Ministro, Taur Matan Ruak, que iniciou o debate, disse que a renovação do pedido se prende com o facto de o vírus continuar a assolar o país e, por isso, o estado de calamidade pública se manter.

Nas suas variadas intervenções, os Deputados de todas as Bancadas assumiram que o Estado de Emergência tem vantagens e desvantagens, mas que é preciso continuar a prevenir e a combater o vírus covid-19, uma vez que ainda não está controlado no país e não há vacina para o curar. Para além disso, manifestaram a sua gratidão para com os funcionários que trabalharam nestes últimos dias na linha da frente ao combate à pandemia, nomeadamente pessoal de saúde, polícia, pessoal de limpeza e jornalistas, pelo seu exímio trabalho.

Por outro lado, alguns Deputados mostraram as suas preocupações relativamente à população que carece de ajuda e de possibilidades financeiras para sobreviver e que está no momento a passar fome por não poder trabalhar. Assim, pediram ao Governo que acelerasse o processo relativo aos suplementos remuneratórios para a polícia, bem como os apoios às famílias mais carenciadas, que não foram ainda implementados. Os Deputados mostraram-se igualmente preocupados com a questão da violência doméstica, que pode aumentar neste período em que as famílias passam mais tempo em casa, e pediram que fosse reforçado o apoio às mulheres que sofrem desse tipo de abuso. Alguns Deputados referiram ainda que, embora o Governo já tenha pedido mais medicamentos e equipamentos médicos para combater o vírus, os médicos e pessoal de saúde continuam a trabalhar com falta de material preventivo. Por fim, pediram

o reforço das medidas de prevenção, tanto ao nível da saúde como ao nível da segurança pública.

Em resposta aos Deputados, o Primeiro-Ministro reconheceu que as questões levantadas são compreensíveis e que o Governo vai reunir todas as suas forças para não deixar a população numa má situação. Por fim, apelou à renovação do Estado de Emergência, dizendo que o país não está livre do vírus e que a vida das pessoas é mais importante, neste momento, do que a situação económica.

O pedido de renovação do Estado de Emergência foi aprovado com 37 votos a favor, 23 contra e 4 abstenções, por mais 30 dias.

Esta reunião foi presidida pelo Presidente do Parlamento Nacional, Arão Noé de Jesus da Costa Amaral, acompanhado pelos membros da Mesa, e contou com a presença do Primeiro-Ministro, Taur Matan Ruak, e outros membros do Governo.

### **Comissão F halo realiza a Fiscalização no Município de Manufahi**



O Parlamento Nacional, através da Comissão F, que trata assuntos de Saúde, Segurança Social e Igualdade de Género, realizou uma fiscalização no Município de Manufahi. Esta fiscalização foi liderada pela Presidente da Comissão F, Deputada Maria Gorrumali Barreto, acompanhada pelos membros da Comissão, no dia 24 de abril de 2020.

O objetivo principal desta fiscalização foi monitorizar a preparação da prevenção à covid-19 no Município de Manufahi.

O Município de Manufahi criou uma comissão organizadora para o combate à covid-19, liderada pelo Administrador do respetivo Município. Esta Comissão já se preparou, mesmo enfrentando muitas dificuldades: trabalhou junto com os parceiros nacionais e internacionais para fazer socialização às comunidades e identificou os lugares para quarentena e isolamento e também espaços cemitérios em caso de eventuais mortes por causa da Covid-19.

Além disso, a Comissão F visitou o local para quarentena, a fim de verificar as infraestruturas e os materiais para a saúde. Os equipamentos para atender os pacientes vítimas da covid-19 são muito limitados e, para além disso, o armazenamento de medicamentos não apresenta boas condições, pois quando chove o local fica inundado. A Comissão verificou ainda que havia 265 itens de medicamentos, mas a maioria já não está disponível.

Relativamente a estas informações, o Município de Manufahi já fez o seu pedido ao Armazenamento Nacional (SAMÉS), contudo os medicamentos enviados não estão de acordo com o pedido.

A Presidente da Comissão F considerou que as informações apresentadas pelos responsáveis são pertinentes, e a Comissão vai discuti-las com o Ministério de Saúde para as solucionar.

Parlamento Nacional  
Chefe da Divisão de Relações Públicas, Comunicação e Educação Cívica  
Dionísio de Jesus Lopes  
Email: [Dionisio.lopes@parlamento.tl](mailto:Dionisio.lopes@parlamento.tl)  
[Relacoespublicas.dirpec@gmail.com](mailto:Relacoespublicas.dirpec@gmail.com)